

A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA*

Eliane Tomiasi PAULINO **
Roseli Alves dos SANTOS***

Resumo: O entendimento das formas assumidas pela urbanização brasileira prescinde da compreensão das diversas variáveis que atuaram no sentido de lhe conferir, num primeiro momento, um caráter de isolamento, com a ausência de uma rede urbana; posteriormente, este será modificado para um padrão baseado na hipertrofia de algumas cidades e num mosaico baseado em redes hierárquicas, que já passa a dar sinais de modificação com o advento do período técnico-científico-informacional. Assim, faz-se necessário considerar a ação dos agentes que atuaram em suas respectivas definições, bem como a lógica dos distintos arranjos sócio-políticos.

Palavras-chave: Colônização; Economia agroexportadora; Autarquia dos campos; Industrialização; Autarquia das cidades; Crescimento urbano; Exclusão social.

A urbanização brasileira desenvolveu-se, desde os primórdios, dentro da lógica colonial periférica, submetida a uma economia essencialmente agrária. O modelo agroexportador, da forma como fora estruturado, bloqueou a expansão do mercado interno, pois as relações instauradas eram inteiramente mediadas pela metrópole, interessada em extrair o máximo da colônia.

Historicamente, os primeiros núcleos urbanos se constituíram a partir das zonas portuárias mais importantes, dada a característica agro-exportadora de nossa economia. As cidades litorâneas tornaram-se a base da expansão colonial em direção ao interior. Foram sede do poder civil e religioso, centros comerciais e culturais do período colonial, em suma, constituíram-se no suporte das atividades ligadas ao capitalismo comercial, de modo a denunciar sua importância, mesmo no período em que a função produtiva estava delegada ao campo.

No entanto, as formas de partilha e uso da terra imprimiram ao povoamento um caráter rural, limitando as funções urbanas, visto que o latifúndio funcionava como unidade semi-autônoma, importando apenas artigos de luxo e determinados artefatos de metal.

Outrossim, para melhor compreensão do processo de urbanização brasileira, é oportuno buscar os elementos definidores de sua lógica na expansão mercantil da Europa nos séculos XV e XVI, quando se deu a captura da "Ilha de Vera Cruz", com o sentido estrito de suprir a metrópole de produtos tropicais. Este modelo, classificado por Prado Júnior (1982) de colônia de exploração, consolidou-se a partir do litoral atlântico, de frente para a Europa, gravitando única e exclusivamente ao redor dos interesses europeus.

* Texto produzido a partir do Seminário: A urbanização brasileira, atividade da Disciplina: Urbanização e produção da cidade, ministrada pela Prof.^a Maria Encarnação Beltrão Sposito.

** Doutoranda, no Curso de Pós-Graduação em Geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - 19060-900 - Presidente Prudente - SP - Brasil.

*** Mestranda no Curso de Pós-Graduação em Geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - 19060-900 - Presidente Prudente - SP - Brasil.

portanto estranhos à necessidade de uma unidade interna, seja geográfica ou socio-econômica.

Para compreendermos tais desdobramentos podemos, inicialmente, apreciar as diferenças no contexto interno das nações colonizadoras que lançaram-se sobre a América. Considerando os limites propostos neste trabalho – a **urbanização brasileira**, é possível encontrar parâmetros com base na breve consideração acerca da realidade inglesa, espanhola e portuguesa, bem como nas características originais das terras “descobertas”.

Apesar da lógica mercantilista, nas primeiras décadas do século XVII, a porção mais ao norte da América rompeu com o princípio de colônia de exploração, tendo em vista a realidade concreta da Inglaterra, onde a desestruturação da economia camponesa e os conflitos religiosos internos criaram as bases da expulsão de um enorme contingente populacional, disposto a recriar na América suas anteriores condições de vida. Configurou-se assim o que Prado Júnior (1982) classifica de colônia de povoamento, em contraposição ao contexto de países como Portugal e Espanha, nos quais inexistiam populações sobrantes ou conflitos internos que justificassem uma emigração expressiva para o Novo Mundo.

Nestes, foram as características internas das terras apropriadas que definiram modelos distintos. Enquanto a Espanha imediatamente deparou-se com metais preciosos e uma estruturação social passível de ser capturada para a exploração dos metais, Portugal demorou quase dois séculos para encontrá-los, recorrendo ao cultivo do solo para garantir níveis desejáveis de extração de riqueza. Portanto, as respectivas constituições urbanas necessariamente iriam diferir.

No Brasil, a agricultura se consolidou a partir do modelo escravista exportador, o qual impôs um regime fundiário extremamente concentrado, interpretado por Martins (1981), como condição indispensável à viabilidade da economia escravista, visto que a existência de uma economia paralela, de pequenos produtores livres, poderia suscitar uma concorrência que tornaria insuportável o pagamento do tributo representado pela compra do escravo.

Assim, com o intuito de impedir a consolidação de uma economia do tipo camponesa, baseada no livre acesso à terra e no trabalho autônomo, cuja produção se daria a custos menores, optou-se por um sistema de propriedade restritivo, como o fora, no Brasil, o regime de sesmarias.

Este, ao ser implantado em Portugal ainda no século XIV, representou um duro golpe à nobreza feudal decadente, visto disponibilizar todas as suas terras improdutivas a quem se dispusesse a cultivá-las. Se em Portugal, o regime de sesmarias representou um avanço, por ferir os interesses de uma classe em prol da necessidade de aumentar a produção de alimentos, no Brasil já foi implantado com uma inversão básica de princípios, pois não teve por finalidade o aproveitamento das terras, o aumento da produção, mas sim a viabilização de um modelo econômico extremamente autoritário e concentrador de riqueza e poder.

Durante o regime de sesmarias, que vigorou até a independência do Brasil, as terras, que eram de propriedade exclusiva do rei, foram cedidas sob a forma de concessão condicionada à exploração, tendo supostamente como critério de distribuição a capacidade de produzir em larga escala para o mercado europeu.

Porém, o prestígio pessoal do requisitante junto a coroa tornou-se um requisito básico de inclusão no regime, pois a concessão dos títulos era restrita aos nobres portugueses ou pessoas de “sangue puro”, leia-se, brancos, que mantinham boas relações com a metrópole, não sendo fiscalizadas a destinação das terras, ficando grande parte das mesmas em desuso.

Desse modo os negros, índios e mestiços, enfim, a população brasileira, foi banida do direito à terra. Este princípio de terra segregada, concentrada, base para o cativo, para os negócios agromercantis, cerceou no Brasil, desde a sua gênese, as possibilidades de desenvolvimento de uma sociedade mais democrática, menos desigual.

A conjugação de características latifundistas com a necessidade da metrópole exercer rígido controle sobre o território e a produção gerou um modelo de urbanização baseado naquilo que Oliveira (1987) denomina economia de arquipélagos, marcada pela ausência de uma rede urbana interna, mas com conexão individual direta com a Europa.

Segundo Singer (1983), a concentração das atividades burocráticas exercidas pela metrópole ao longo da costa advinha de seu caráter extorsivo e fiscalizador. Os portos eram pontos estratégicos de controle sobre impostos, evitando-se também inesperadas incursões estrangeiras.

Deste modo, as cidades litorâneas sustentaram a expansão econômica vinculada à demanda do mercado externo por produtos tropicais, como açúcar, algodão, fumo, café etc. É por esta razão que Singer (1983), salienta que a urbanização brasileira assentou-se mais na ampliação do comércio internacional do que na dilatação do mercado interno, dado o caráter agroexportador típico de nossa economia.

Para Oliveira (1982), a existência de poucas, mas grandes cidades, somente se explica pelo caráter de sede do capital comercial das cidades brasileiras que, ao controlar a produção agroexportadora, faziam a ligação dessa produção com a circulação internacional de mercadorias. Portanto, ultrapassavam a dimensão burocrática que supostamente as contrapunham ao modelo de urbanização europeu, onde as cidades, pelo seu caráter produtivo e dinâmico, tornaram-se o centro da Revolução burguesa.

O contraste com este modelo clássico de urbanização, resultado da produção da cidade a partir de relações que colocam o capital no centro do desenvolvimento, não pode ser visto apenas pelo vies do espaço produtivo limitado das cidades brasileiras, no sentido estrito da produção de mercadorias, mas no fato de que implantou-se no Brasil uma economia agrária, onde a escravidão, a auto-suficiência do latifúndio e o baixíssimo poder aquisitivo do trabalhador livre emperraram a expansão do mercado interno, inibindo o comércio e a manufatura e, por extensão, o desenvolvimento de cidades.

“Enquanto para o modelo europeu no centro do desenvolvimento capitalista está o capital, no modelo brasileiro, profundamente marcado pela tradição da dependência colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra.” (Martins, 1994, p. 129)

Dessa maneira, as formas de partilha e uso da terra imprimiram ao povoamento um caráter rural, limitando a expansão urbana, pelo traço autárquico da produção agroexportadora. Na estrutura agrária escravista havia poucas oportunidades de trabalho livre, razão pela qual as próprias funções urbanas, como a recreativa, religiosa e cultural eram afetadas pelos retrógrados valores aristocráticos, que menosprezavam o lazer, a cultura e o desenvolvimento técnico-científico.

“(O) caráter manacultor da agricultura de exportação embotou e abortou um processo de urbanização que se verificasse no entorno

das próprias regiões produtoras de bens primários de exportação. Ao contrário dessa imensa taxa de aldeias de pequenas cidades que talvez seja um padrão característico da urbanização européia, por exemplo ele produziu, por outro lado, uma extrema polarização, um vasto campo movido pelo conhecido complexo latifúndio-minifúndio e sobretudo fundado nas monoculturas, que não gerou uma rede urbana de maior magnitude no entorno das próprias regiões produtivas, mas que, por outro lado, criou grandes cidades em termos relativos, evidentemente, desde o princípio.” (Oliveira, 1982, p. 38-9)

Guimarães (1981), nos mostra que o ciclo da pecuária foi de importância maior na estruturação socio-econômica da sociedade colonial, por romper com a rígida estrutura de classes, abrindo aos mestiços e indígenas a possibilidade do trabalho livre. Isto em decorrência das peculiaridades de tal atividade, que inviabilizava a vigilância sobre trabalhadores cativos, dada a forma extensiva do pastoreio

O vaqueiro era um trabalhador livre, remunerado com base na proliferação do rebanho, o que representou a instauração de novas formas de distribuição de renda. Além disso, a pecuária foi responsável pela viabilização histórica da divisão do trabalho entre o campo e a cidade, pois a fazenda rompeu com a autosuficiência do engenho, transferindo para a cidade tarefas como curtimento do couro e elaboração de alguns subprodutos do boi. Para Guimarães (1981), a feição produtiva da cidade se inscreveu a partir deste ciclo.

Por outro lado, a mineração também atuou no sentido de ampliar os espaços urbanos, tanto pela necessidade de aumentar os quadros burocráticos e policiais envolvidos no controle da produção aurífera, quanto pelo imenso afluxo populacional para as áreas mineiras, que resultou na dilatação do mercado de gêneros de primeira necessidade. Este ciclo também contou com a expansão do trabalho livre, fato que contribuiu para a dinamização dos centros urbanos em seu entorno

Entretanto, os efeitos de ambos os ciclos foram limitados, visto que na ordem escravista os valores aristocráticos se inscreveram plenamente. O mecanismo de controle sobre a terra e o poder irrestrito da oligarquia sobre as coisas e as pessoas geraram uma sociedade paternalista e clientelista: a maior parte dos núcleos urbanos tenderam a funcionar como extensão dos domínios desta classe.

Por esta razão, até o final do século XVIII não houve infra estrutura urbana no Brasil digna de nota. As vias, o abastecimento de água e escoamento de esgotos eram precários, não havendo preocupação com os espaços educacionais, culturais e de lazer.

A chegada da família real, a abertura dos portos, a melhoria no sistema de transportes estimulou a expansão urbana. A partir de então, as cidades começaram a tornar-se atrativas para a fixação de residência dos fazendeiros, aumentando o interesse em realizar obras de infra estrutura e lazer como calçamento, iluminação, construção de praças, teatros etc. Novos padrões de construção e novos conceitos foram incorporados a paisagem urbana.

As ruas, que por quase quatro séculos foram espaço de segregação, domínio dos escravos, prostitutas e pessoas de segunda categoria foram adquirindo novos significados. A rígida sociedade patriarcal aos poucos afrouxava os laços. Aliado a isto, progressivamente a cidade assumia novos papéis, impondo-se também como espaço produtivo.

"Mas todo o século XIX assiste à permanência com a passagem sucessiva dos ciclos da economia brasileira e o fato de ter-se fundado aqui outras produções que, do ponto de vista de sua ligação com o mercado internacional, percorriam os mesmos circuitos", a reiteração e reprodução do padrão urbano existente, ainda que embrionariamente, desde a colônia; um vasto campo indiferenciado, com uma rede urbana pobre e, de outro lado, poucas e grandes cidades polarizando essas funções de capital comercial e da intermediação entre a produção nacional e a sua realização nos mercados internacionais. A pobreza dessa rede urbana é, em parte, determinada pelo próprio caráter autárquico das produções para exportação. (...) Também não nos deve escapar um elemento constitutivo muito forte, muito marcante da economia brasileira, sua fundação e de sua reiteração: o próprio fato de que ela se fundava no trabalho escravo. (...) Esse caráter presente desde a fundação da economia brasileira, em que o trabalho escravo não dava lugar, por definição, a nenhuma formação de mercado de trabalho, é ele mesmo constitutivo do fato dessa pobreza da urbanização no país, de um lado, e da polarização em torno de poucas cidades, de outro." (Oliveira, 1982, p. 40)

A decadência do regime escravocrata, que coincidiu com a crescente importância da economia cafeeira, impôs a instauração do trabalho livre no Brasil, dinamizando o mercado interno e a cidade. O ciclo cafeeiro tornou-se o principal motor da urbanização brasileira, pois a acumulação de capital proveniente do café criou as condições econômicas para a aceleração do desenvolvimento industrial.

Neste contexto, constituiu-se o mercado interno e, conseqüentemente, uma vasta rede urbana, atrelada a um processo gradativo de inversão da distribuição populacional, no sentido campo-cidade.

Esta urbanização, atrelada à industrialização, denota a redefinição dos papéis urbanos, pois conforme o exposto, durante todo o período agro-exportador a cidade era expressão do poder político e comercial, restrito ao controle da produção que se dava no campo e que, enquanto processo produtivo, era autárquico, pois os latifúndios pouco dependiam da cidade para sobreviver.

Segundo Oliveira (1982), é somente a partir da década de 30 que a autarquia dos campos será substituída pelo que ele denomina autarquia das cidades, momento em que o ritmo da urbanização suplanta o próprio ritmo da industrialização. Para o autor, isto é uma conseqüência das formas econômicas anteriores, visto que a autonomia dos campos impunha uma pífia divisão do trabalho, de modo que, ao ter impulso o processo de industrialização, era necessário implantá-la nas cidades.

Assim, foi preciso criar uma ampla e onerosa estrutura, a fim de dar suporte aos diversos ramos industriais. Esta ia desde a produção de habitações para os trabalhadores até a implantação de circuitos de circulação e consumo das mercadorias produzidas pela indústria nascente. Enfim, mobilizava atividades e um volume de trabalho muito superior aquele requerido pela produção industrial em si. Desta maneira, a industrialização alavancada na década de 30 não só estimulou a urbanização, a taxas de crescimento maiores que as do próprio crescimento industrial, mas também tendeu à oligopolização, visto prescindir do investimento de um volume de capital bastante elevado.

“Esse aspecto, em grande medida, é fortemente determinante do fato de que a industrialização teve que ser, no Brasil, a partir dos anos 30 que é o marco realmente de aceleração do processo de industrialização -, uma industrialização inteiramente urbana e requerendo taxas de urbanização muito acima das que seriam as necessidades de preenchimento dos postos de trabalho nas novas fábricas. (...) essa industrialização exigia uma série de requerimentos que as cidades não ofereciam. Isso é, evidentemente, uma herança do padrão anterior de relações cidade-campo, que em novas situações projeta-se de outro lado: ao invés de autarquia dos campos, agora impõe-se uma autarquia das cidades, o que levou, por um lado, a que o processo de capitalização e acumulação dessa indústria tivesse que ser um processo de acumulação a taxas excepcionalmente elevadas.” (Oliveira, 1982, p. 44).

O Estado, cuja composição neste momento já se revelava fruto da ascensão de frações de classe ligadas à burguesia, logo de novos interesses, assumiu o ônus do processo de industrialização, mediando a sua implantação e absorvendo os custos decorrentes. Isto é flagrante se analisarmos a conjuntura da regulamentação das relações capital x trabalho no Brasil, bem como a implantação rápida de ampla infra-estrutura, a qual contou com o investimento maciço de recursos públicos, grande parte dos quais desviados de outros setores para este fim.

“Do ponto de vista da divisão social do trabalho o Estado vai direcionar a potência do seu poder de coerção extra-econômica (...), vai tentar mudar o padrão de acumulação, em outras palavras, vai fazer a famosa transposição de excedentes de uns grupos sociais para outros, penalizando a produção agroexportadora e direcionando os seus mecanismos e os seus aparelhos de Estado para potenciar a acumulação industrial (...). do ponto de vista das relações de produção, este novo urbano, ou melhor, a relação entre o Estado e o urbano, consiste precisamente no aspecto mais crucial dele, que é a regulamentação das relações entre capital e trabalho.” (Oliveira, 1982, 44-5).

Cumprê salientar que os governos de Juscelino Kubitschek e dos militares, ao propiciar condições para a instalação de empresas transnacionais, reforçaram o paradigma da urbanização que se construiu entre 1930 e 1955. Esta ira se diferenciar pelo aprofundamento do caráter eminentemente monopolista, em decorrência da instalação de sólidos grupos capitalistas estrangeiros. Estes, buscando fugir dos custos da produção em seus países de origem, em virtude da maior organização dos trabalhadores, deslocaram-se para os países periféricos, como o Brasil. Neste contexto, os papéis urbanos foram mais uma vez redefinidos, pois as cidades passaram a representar não apenas o espaço da produção e controle da mesma, mas também o lugar da reprodução, em larga escala, do capital financeiro, de novas ideias e novos valores.

Portanto, é somente na década de 30 que a urbanização vinculada a industrialização tomou vulto no Brasil; neste momento, em que a oligarquia agrária passou

“Esse aspecto, em grande medida, é fortemente determinante do fato de que a industrialização teve que ser, no Brasil, a partir dos anos 30 que é o marco realmente de aceleração do processo de industrialização - uma industrialização inteiramente urbana e requerendo taxas de urbanização muito acima das que seriam as necessidades de preenchimento dos postos de trabalho nas novas fábricas. (...) essa industrialização exigia uma série de requerimentos que as cidades não ofereciam. Isso é, evidentemente, uma herança do padrão anterior de relações cidade-campo, que em novas situações projeta-se de outro lado: ao invés de antarquia dos campos, agora impõe-se uma antarquia das cidades, o que levou, por um lado, a que o processo de capitalização e acumulação dessa indústria tivesse que ser um processo de acumulação a taxas excepcionalmente elevadas.” (Oliveira, 1982, p. 44).

O Estado, cuja composição neste momento já se revelava fruto da ascensão de frações de classe ligadas à burguesia, logo de novos interesses, assumiu o ônus do processo de industrialização, mediando a sua implantação e absorvendo os custos decorrentes. Isto é flagrante se analisarmos a conjuntura da regulamentação das relações capital x trabalho no Brasil, bem como a implantação rápida de ampla infra-estrutura, a qual contou com o investimento maciço de recursos públicos, grande parte dos quais desviados de outros setores para este fim.

“Do ponto de vista da divisão social do trabalho o Estado vai direccionar a potência do seu poder de coerção extra-econômica (...), vai tentar mudar o padrão de acumulação, em outras palavras, vai fazer a famosa transposição de excedentes de uns grupos sociais para outros, penalizando a produção agroexportadora e direccionando os seus mecanismos e os seus aparelhos de Estado para potenciar a acumulação industrial (...), do ponto de vista das relações de produção, este novo urbano, ou melhor, a relação entre o Estado e o urbano, consiste precisamente no aspecto mais crucial dele, que é a regulamentação das relações entre capital e trabalho.” (Oliveira, 1982, 44-5).

Cumprido salientar que os governos de Juscelino Kubitschek e dos militares, ao propiciar condições para a instalação de empresas transnacionais, reforçaram o paradigma da urbanização que se construiu entre 1930 e 1955. Esta irá se diferenciar pelo aprofundamento do caráter eminentemente monopolista, em decorrência da instalação de sólidos grupos capitalistas estrangeiros. Estes, buscando fugir dos custos da produção em seus países de origem, em virtude da maior organização dos trabalhadores, deslocaram-se para os países periféricos, como o Brasil. Neste contexto, os papéis urbanos foram mais uma vez redefinidos, pois as cidades passaram a representar não apenas o espaço da produção e controle da mesma, mas também o lugar da reprodução, em larga escala, do capital financeiro, de novas ideias e novos valores.

Portanto, é somente na década de 30 que a urbanização vinculada a industrialização tomou vulto no Brasil, neste momento, em que a oligarquia agrária passou

a dividir o poder com a burguesia nascente, é quebrado o monopólio absoluto de classe, ao entrarem em cena os novos agentes.

Não se pretende sugerir, com isto, que tenha havido descontinuidades, rupturas, confrontos entre burguesia e aristocracia, uma vez que os fazendeiros mais prósperos e progressistas associaram-se ao capital estrangeiro, construíram ferrovias, indústrias e bancos, enfim, deram sustentáculo à industrialização brasileira. Por outro lado, muitas riquezas originadas na cidade também foram investidas em terras.

São estas questões que explicam a manutenção das tradições oligárquicas e o seu não banimento no Brasil. Segundo Martins (1994), no governo de Getúlio Vargas foi estabelecido um pacto, ainda vigente (com modificações), entre a burguesia e a aristocracia, o qual impôs a esta uma posição de guardião de bastidores. A perda da hegemonia se deu com a garantia de que os interesses desta classe não seriam contrariados. Prova de sua vigência/eficácia é o hiato de mais de duas décadas entre a promulgação da legislação trabalhista urbana e o Estatuto do Trabalhador Rural. A mobilização em torno da questão da propriedade fundiária na Constituinte de 1988 é um outro exemplo.

Para Martins (1981), a mediação do caráter rentista no modelo econômico brasileiro foi reafirmado com a aliança terra-capital, consolidada no regime militar. Deste modo, a questão da propriedade monopolista da terra interfere decisivamente nas formas urbanas, sob vários ângulos, pela expulsão de aproximadamente 40 milhões de pessoas do campo em meio século, sem que a estrutura produtiva da cidade estivesse apta a absorvê-los; pela inelasticidade do mercado interno, pela elevação dos preços do solo urbano, tornando a moradia própria um sonho inatingível para grande parte da classe trabalhadora.

Podemos, assim, analisar a urbanização brasileira a partir de três momentos distintos: o primeiro refere-se a economia de arquipélagos, cuja lógica, segundo Oliveira (1987), estava assentada no comércio em escala mundial, que gerou expressivos núcleos urbanos, em função da atividade econômica ligada à metrópole. Nesse, não havia uma articulação interna, por isso a noção de pontos isolados cujos fluxos os ligavam diretamente a Europa.

O segundo refere-se ao ciclo cafeeiro, sendo a indústria o motor do processo, pois a acumulação de capital proveniente do café criou as condições para a expansão da rede urbana em níveis jamais vistos no país.

O terceiro, como veremos, compreende o período em que a urbanização encontra na tecnologia a força autônoma, sendo as demais variáveis características dos primeiros momentos da urbanização a ela subordinadas. Este momento, denominado por alguns autores de 3ª revolução industrial, conferiu uma nova dinâmica às cidades brasileiras, pela intensificação dos fluxos de circulação de mercadorias, pessoas, ideias e símbolos.

Segundo Sposito (1997), esta dinâmica irá imprimir uma nova morfologia ao espaço urbano, pois a expansão de seu tecido ocorre de forma intensa, porém descontínua, cujos elos de conexão são as intrincadas redes viárias e de comunicação. Nesta redefinição urbana, a diminuição dos custos dos transportes e das comunicações teve relevância significativa, pois não só permitiu o deslocamento de parte do parque industrial para áreas anteriormente periféricas, mas também permitiu a criação de um novo conceito de moradia da população trabalhadora que, ao contrário dos outros momentos, é alocada em áreas distantes do parque industrial.

É a intensificação dos elos da cadeia produção/consumo que explica, por exemplo, a definição de novas espacialidades dos equipamentos de consumo, como os

shopping centers, que são construídos em pontos estratégicos, visando não apenas o mercado local, mas o fluxo de passagem existente nas grandes redes viárias.

Para a autora, esta nova lógica é produto e produz a acentuação das necessidades de deslocamento inter e intra-urbanas, gerando inclusive novos paradigmas de comportamento econômico, que se caracterizam mais pela cooperação entre empresas e instituições do que pela organização hierárquica, até então, verificada na rede urbana.

No entanto, esta nova espacialidade, embora rompa com a existência exclusiva de relações hierárquicas entre cidades pequenas e grandes, não implica na integração, mas na fragmentação da cidade, pela própria velocidade conferida aos fluxos de pessoas e informações. É esta velocidade que também rompe, em muitos aspectos, com a divisão cidade-campo, já que os valores urbanos são rapidamente difundidos e incorporados, resultando numa relativa homogeneização entre ambos.

O desenvolvimento tecnológico, característica marcante da atualidade, impõe a necessidade de se rever o conceito de urbanização, tendo em vista que a ciência, a técnica e a informação tomam conta da vida social atual. Considerando que cada período, como vimos anteriormente, constituiu-se a partir de uma base distinta, procuraremos demonstrar que a atualidade se caracteriza, conforme Santos, como período técnico-científico-informacional.

"Fosse meio técnico-científico (melhor será chamá-lo de meio técnico-científico informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação." (1993, p.35)

Vimos que o processo inicial de urbanização brasileira se deu de forma desarticulada, por privilegiar os pontos primordiais de ligação com a Europa. O mesmo é redefinido com o advento da industrialização, a medida em que se estabelece uma hierarquia entre campo e cidade, bem como uma polarização entre as cidades, as quais se constituíam em núcleos urbanos classificados de acordo com a sua funcionalidade e obedecendo entre si uma relação hierárquica.

Com os novos rumos da industrialização brasileira, definidos especialmente no pós-guerra, a tendência à concentração se evidenciou, principalmente nas capitais de estado e de forma expressiva no Estado de São Paulo, caracterizando o que Santos (1993) denomina de ilhas de desenvolvimento, demonstrando o caráter excludente e seletivo deste processo de industrialização/urbanização brasileira. Por outro lado, como esse processo baseava-se no mercado interno, propiciou a constituição de uma rede urbana brasileira através da intensificação de fluxos entre as cidades - base da distribuição e consumo da produção industrial.

Com a introdução de uma nova base técnica, constituída pelo meio técnico-científico-informacional, a urbanização brasileira aponta para novas tendências que se sobrepõem as anteriores, provocando mudanças tanto no tamanho das cidades como nas funções que passam a ser desempenhadas por elas.

A nova configuração espacial urbana apresenta uma maior fluidez sobre o que possibilita sua integração efetiva e, ao mesmo tempo, permite uma intensificação na Divisão Territorial do Trabalho, através das especializações dos lugares, que se encontram

conectados por um elo comum. Além da acentuação da Divisão Territorial do Trabalho, vemos a separação entre a indústria e a sua sede administrativa, tanto na escala nacional como internacional, tudo isto proporcionado pelo grande desenvolvimento tecnológico alcançado pelos meios de comunicação e transportes.

A modernização das atividades agrícolas se constitui em um outro fator que caracteriza o processo de modernização atual, pois a demanda por produtos industriais de origem urbana para garantir a produção no campo aumenta, além do já citado papel desempenhado por esta no crescimento da população urbana no Brasil; o desenvolvimento dessa fluidez, ao proporcionar a integração espacial, provoca um aumento na mobilidade populacional espontânea e forçada.

Todavia, a hierarquia entre campo e cidade hoje pode ser questionada, uma vez que algumas áreas rurais se utilizam da mais alta tecnologia, tanto no processo produtivo como na comercialização. Com a cooperação imposta pela nova divisão territorial do trabalho agrícola, a cidade se vê obrigada a se adaptar às exigências do campo. Contudo, a cidade pode ainda ser considerada *locus* de concentração e regulação das relações produtivas, porém não mais de forma exclusiva.

A própria concentração industrial brasileira implantada inicialmente tende à dispersão, pois as unidades produtivas têm buscado localizações mais vantajosas no tocante aos custos da produção. A grande competitividade que se instalou no mercado exige qualidade e preços cada vez mais baixos e, com o desenvolvimento dos fluxos, as indústrias podem ficar inclusive distantes do mercado consumidor, ou até fixarem-se em áreas tidas como rurais.

Desse modo, contrariam a sua organização primária, que tendia à concentração espacial e exigia, entre outros pre-requisitos, significativas aglomerações urbanas para mercados consumidores e de mão-de-obra.

Nas últimas décadas ocorreu no Brasil uma ampliação do consumo e da urbanização, visto que a intercomunicação e a complementaridade recíproca entre as regiões levou à sua ampliação em termos quantitativos e qualitativos. Esta complementaridade se faz necessária em virtude da divisão territorial do trabalho que, como já salientamos, se aprofunda e, quanto maior, maior a propensão a consumir e a produzir, o que em contrapartida provoca o aumento na criação de riquezas. Esse movimento de pessoas e capitais faz com que novas cidades surjam ou se desenvolvam, mas cada qual com suas especificidades.

Neste sentido, podemos verificar que mercado e território têm se expressado enquanto sinônimos, na medida em que um não se entende sem o outro, sendo que as cidades brasileiras espelham essa lógica, procurando adequar-se para atenderem as necessidades impostas pelo capital, adotando uma infra-estrutura custosa, mas indispensável ao processo produtivo e circulação interna e externa de seus agentes e produtos.

Todavia, essa característica de estruturação para atender aos interesses do capital não se verifica somente neste período, mas ao longo de toda a história brasileira. Assim, a nova tendência de urbanização não rompe com as bases anteriores, antes estrutura-se sobre elas.

Evidencia-se, deste modo, que a capacidade de adaptação à estrutura montada prescinde da base técnica anterior, a qual atua no sentido de impulsionar ou desacelerar a nova configuração urbana que se constitui. Em outras palavras, expressa a capacidade dos fixos se adequarem às imposições da lógica atual.

A urbanização brasileira, desse modo, apresenta diferenças de acordo com a capacidade de adaptação em função das características regionais de cada momento, onde a situação anterior de cada período pesa sobre a urbanização recente.

"... A partir do momento em que o território brasileiro se torna efetivamente integrado e se constitui como mercado único, o que à primeira vista aparece como evolução divergente é, na verdade, um movimento convergente. Há uma lógica comum aos diversos subespaços. Essa lógica é dada pela divisão territorial do trabalho em escala nacional, que privilegia diferentemente cada fração do território a um dado momento de sua evolução. É dessa maneira que, em cada período, se emendem as particularidades e o movimento próprio de cada subespaço e as formas de sua articulação no todo. Esse enfoque se impõe, pois a cada momento histórico as heranças dos períodos passados também têm papel ativo na divisão territorial do trabalho atual. O movimento, no território, do geral e do particular, tem de ser entendido não apenas hoje, como ontem. É assim que se podem explicar não apenas esses dados estatísticos que são as diferenças regionais dos índices de urbanização, mas também dados estruturais, como as diferenças regionais de forma e de conteúdo da urbanização." (Santos, 1993, p. 60-1)

A característica da urbanização brasileira atual aponta para a atenuação da organização hierárquica das redes urbanas pois novas relações de cooperação ou competitivas se desenvolvem, convivendo lado a lado com as relações hierarquizadas. Os estados da Região Norte do país podem ser exemplos dessa redefinição, pois muitas de suas localidades, que antes dependiam de relações baseadas na hierarquia urbana, conseguem realizar suas transações comerciais ou financeiras através de uma ligação rápida e direta com os principais centros do país ou do mundo.

Relações desse tipo fazem com que antigos centros urbanos fiquem estagnados, por perderem grande parte de sua funcionalidade nesta nova ordem que se impõe. Esta lógica imposta ao processo de urbanização, como já salientamos, não foge ao modelo político-econômico original assumido pelo Brasil, segundo o qual modernização e exclusão social caminham juntas.

Dessa maneira, a desestruturação de muitas localidades significa, por um lado, um novo arranjo extremamente moderno, mas também perverso, pois ao ser modificado o mercado de trabalho, há uma tendência inequívoca de contração, o que provoca uma série de problemas sociais.

A metrópole também passa por transformações e, neste caso, nada melhor que a Região Metropolitana de São Paulo para ilustrar tal fato, uma vez que ela e hoje, segundo Santos (1993), uma metrópole onipresente no território brasileiro em virtude de sua capacidade de produzir, coletar, classificar, distribuir e administrar informações de acordo com seu próprio interesse. Outrossim, quanto maior a cidade mais completa é a sua autonomia, pois a própria população urbana e os fenômenos da circulação passam a requerer dela uma estruturação capaz de lhe conferir tal autonomia.

Paralelo ao crescimento das grandes cidades, verifica-se o crescimento das cidades de médio porte, o qual se dá a partir do desenvolvimento qualitativo na oferta de infra-estrutura e qualidade de vida à parcelas da população, enquanto que nas metrópoles a

situação de miséria e falta de infra-estrutura se evidenciam. Isto faz com que as cidades de médio porte recebam uma população mais capitalizada, enquanto que nas metrópoles aumenta o número de pobres e excluídos da sociedade.

Porém, é importante salientar que todas as cidades brasileiras apresentam problemáticas parecidas, variando a intensidade de acordo com o tamanho da cidade, tipo de atividade, região em que se insere etc., na verdade estes são problemas enfrentados por uma urbanização que Santos (1993) denomina de corporativa, ao privilegiar as empresas em detrimento dos interesses e demandas sociais.

O privilegiamento do privado, em detrimento do público, também denominado por Celso Furtado de "socialização das perdas e privatização dos lucros" é evidente, tornando-se explícito no momento em que o Estado brasileiro passa a dar suporte à industrialização. A adoção de um modelo que não prima pelo distanciamento desestruturador na mediação dos conflitos entre capital e trabalho e a potenciação do processo de acumulação em prol da classe emergente nas primeiras décadas deste século, acentua as contradições do próprio modo de produção.

As cidades brasileiras, pelas próprias condições históricas relatadas, são a expressão mais contundente das desigualdades que se aprofundam *pari passu* ao processo de acumulação ampliada do capital, o qual requisita progressivamente, como condição que lhe é inerente, a ampliação desmesurada do espaço privado.

Atualmente, esta se manifesta no processo de privatização das estatais, na desestruturação acelerada dos serviços públicos básicos, como saúde, educação, segurança, transporte, cujo resultado é a ampliação de mercados para a iniciativa privada em serviços que até bem pouco tempo eram de atribuição do poder público.

Com isso, as parcelas menos favorecidas da sociedade, que não podem pagar por estes serviços, são lançadas à marginalidade, à exclusão, sendo as cidades brasileiras o retrato de uma sociedade segmentada, na qual convivem, lado a lado, a mais intensa degradação com o que há de mais moderno: a linha divisória é o poder de compra de cada indivíduo.

A cidade não a reflete exclusivamente de forma segregada espacialmente: ela é a expressão mais acabada das contradições, manifestadas na magnitude da exclusão social, nos problemas de circulação que se avolumam, em função do privilegiamento do transporte individual em detrimento do coletivo, na degradação sócio-ambiental decorrente da própria da lógica de tudo ser rapidamente transformado em mercadoria etc.

Assim, uma varredura da urbanização brasileira nos mostra que a cidade ao longo destes cinco séculos, metamorfoseou-se. Manteve a posição de centro político-administrativo, roubou do campo a maior parte da população, bem como o controle do processo produtivo e da própria ordem social. Entretanto, sua constituição se deu dentro da lógica agrarista, concentradora de terra, renda e poder. Novos agentes entraram em cena, mas o caráter nefasto proveniente desta estrutura original não foi varrido, antes aprofundou-se, pela forma com que foi combinando-se com novas variáveis.

Mister se faz compreender todo este processo, pois qualquer intervenção no sentido de torná-la menos caótica não pode prescindir da compreensão desta gama de variáveis que atuaram e, ainda atuam, de forma decisiva em sua constituição.

Referências Bibliográficas

- CASTRO, Iná E., CORREA, Roberto L., GOMES, Paulo Cesar C. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o urbano no Brasil. In **Espaco & Debates**, São Paulo, n. 6, p. 36-54, jun/set. 1982.
- OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma (re)ligião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História**. São Paulo: Atica, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização no Brasil, São Paulo: (mimeogr.), s.n., 1993. p.63-78 (Geografia, Serie Argumento)
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A urbanização da sociedade**: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997.

RESENHAS